

Fiúza voltará a depor amanhã

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), acusado de participação no escândalo do Orçamento, terá dificuldades para se livrar do pedido de cassação de seu mandato. "Julgamos que houve irregularidades no fechamento do Orçamento de 1992", adiantou ontem o deputado Roberto Rollemburg (PMDB-SP), escolhido para examinar as suspeitas existentes contra Fiúza, ex-relator-geral da Comissão de Orçamento e ex-ministro da Ação Social do governo Collor.

Fiúza terá amanhã sua última chance de defesa. Às 9h30, ele deverá ser interrogado por um grupo de representantes das quatro subcomissões da CPI. Não é apenas na Subcomissão de Emendas que a situação do ex-ministro é delicada. Além de estar sendo responsabiliza-

do pela inclusão de "emendas piratas" no Orçamento de 1992, pesa contra o ex-ministro na Subcomissão de Subvenções Sociais o fato de ele ter assinado as liberações do Ministério da Ação Social destinadas a entidades fantasmas ou sem qualquer fim assistencial.

Papel-chave — "Ele teve papel-chave no Orçamento de 1992, quando novas emendas apareceram depois que a lei orçamentária já estava aprovada e na liberação das subvenções desviadas", afirmou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), integrante da Subcomissão das Emendas. Na Subcomissão de Bancos, o desempenho do deputado é atípico: as contas bancárias de Fiúza e de seus familiares apresentam movimentação classificada como "estranhamente modesta" por integrantes da CPI.